

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.220 - SP (2019/0196047-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ADRIANA PINTANEL
RECORRENTE : SANDRO ROBERTO MILANI
RECORRENTE : ROSÂNGELA DA SILVA SANTOS CORSI
RECORRENTE : OLIVIA INOCENCIA CASTILHO DE ASSIS
RECORRENTE : JOAO PERPETUO
ADVOGADO : RICARDO MARCHI - SP020596
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARTA SANGIRARDI LIMA E OUTRO(S) - SP130057
INTERES. : LUIZ CARLOS POMINI
ADVOGADO : JOSE LUIZ MATTHES - SP076544

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Adriana Pintanel e outros, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 26):

AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - SERVIDOR PÚBLICO URV OBRIGAÇÃO DE FAZER RECÁLCULO DE VENCIMENTOS PARA ADEQUAÇÃO À LEI Nº 8.880/94 PAGAMENTO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. INGRESSO APÓS 1994. INADMISSIBILIDADE.

Cumprimento de sentença. Obrigação de fazer consistente na apostila de títulos para constar o reconhecimento do direito à revisão da conversão de vencimentos em URV. Impossível aplicar decisão judicial que determinou indenização por dano havido na conversão de moeda velha em moeda nova se o servidor já adentrou ao serviço público com a situação consolidada em moeda nova.

Pelo meu voto, vencedor, nego provimento ao recurso.

Alegam os recorrentes violação dos arts. 278 e 507 do CPC/2015, sob o argumento de que o direito dos insurgentes à correta conversão da URV, com apostilamento nos respectivos títulos, bem como ao pagamento das diferenças devidas, está acobertado pela coisa julgada. Desse modo, não seria possível alterar o teor da decisão transitada em julgado.

De outro lado, aduzem ofensa ao art. 22 da Lei n. 8.880/1994, pois os novos servidores do ente público em questão não teriam tido a remuneração convertida corretamente em URV.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 46-50, em que a parte recorrida assevera, em suma, que "a Medida Provisória n. 434 não alcançou os servidores que não

estavam em exercício antes de 1º/3/1994, até mesmo por uma absoluta impossibilidade de aplicação dos dispositivos que determinavam a apuração da média salarial do período de 11/1993 a 2/1994" (e-STJ, fl. 48).

É o relatório.

A tese em torno dos arts. 278 e 507 do CPC/2015 não foi debatida pela instância de origem. Ausente o necessário prequestionamento, aplica-se a orientação da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

No mais, o argumento utilizado pelo voto condutor do acórdão para afastar o direito dos recorrentes foi o de que eles não eram servidores públicos "à data da alteração da moeda, ou seja, em 1994, e não podem ser incluídos na condenação em indenização da moeda antiga para a moeda nova, se já adentraram ao serviço público com a situação conicidade nesse segunda hipótese" (e-STJ, fl. 27).

Tal entendimento, todavia, está em dissonância com a jurisprudência consolidada nesta Corte de que o servidor público empossado após o advento da Lei n. 8.880/1994 tem legitimidade ativa para requerer a diferença relativa à conversão dos valores de Cruzeiros Reais para URV, já que a eventual incorreção do procedimento atinge o próprio vencimento básico do cargo.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INGRESSO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.880/94. ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. APLICAÇÃO DA URV (LEI 8.880/94) AOS SERVIDORES NA CONVERSÃO DE VENCIMENTOS.

1. O Tribunal de origem proclamou a ilegitimidade daqueles servidores que ingressaram no serviço público após o advento da Lei 8.880/94, onde discutem a conversão de vencimentos em URV, contrariando a orientação do STJ. (REsp 1.682.689/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11.10.2017)

2. Recurso Especial provido e determinada a remessa dos autos à origem, a fim de que se prossiga na análise da demanda, como se entender de direito.

(REsp 1.759.912/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 27/11/2018)

ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. URV. SERVIDOR PÚBLICO. INGRESSO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.880/1994. ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes buscam desconstituir acórdão que não reconheceu o direito de recálculo dos vencimentos e proventos convertendo-os para a URV a partir de março de 1994.

2. O STJ já decidiu que os servidores que ingressaram no serviço público após o advento da Lei 8.880/1994 têm todos os benefícios decorrentes da conversão da moeda, mantendo-se, para todos os efeitos, o padrão salarial dos cargos da Administração Pública, o que indicaria a legitimidade desses servidores.

3. No entanto, a Corte de origem julgou improcedente a ação, por entender que não houve comprovação do prejuízo financeiro decorrente da alegada ausência de conversão dos vencimentos em URV.

4. Iniciar qualquer juízo valorativo, a fim de alterar a conclusão alcançada pela Corte local, demanda reincursão no acervo probatório, o que é vedado em Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular por ocasião do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido tão somente para reconhecer a legitimidade dos recorrentes que ingressaram no serviço público após o advento da Lei 8.880/1994.

(REsp 1.676.113/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2017, DJe 14/9/2017)

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. URV. REDUÇÃO NOS VENCIMENTOS CONSTATADA PELA CORTE DE ORIGEM. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO.

1. A data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor nos casos em que se discute revisão geral de vencimentos, e não concessão de vantagem pessoal. Precedentes.

2. No julgamento dos Recursos Especiais 970.217/RS e 1.047.686/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, firmou-se a orientação no sentido de que, nas ações em que servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul discutem a conversão de vencimentos em URV, a conclusão do Tribunal de origem sobre a (in)existência de redução vencimental, em decorrência da adoção da sistemática prevista na legislação estadual, não pode ser revista em recurso especial, por demandar reexame de provas, o que atrai a incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Para negar-se o direito dos ora agravados ao percentual de 11,98% - decorrente da conversão da moeda em URV, por força da Lei 8.880/94 -, pelo fato de terem sido admitidos após fevereiro de 1994, exige-se o afastamento da conclusão do acórdão no sentido de que ficou cabalmente demonstrada a redução nos seus vencimentos, por meio de prova pericial contábil.

4. Nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, por incidência do disposto na Súmula 85/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no Ag 1.412.800/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA,
SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 10/11/2011)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento para reconhecer a legitimidade ativa dos recorrentes e determinar o prosseguimento do cumprimento de sentença como de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator